



Uma pesquisa sobre a presença da música nas Escolas Públicas Municipais da Região do COREDE do Vale do Caí, RS

Daniele Isabel Ertel¹

dani.ertel@hotmail.com

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Cristina Rolim Wolffenbüttel²

cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Resumo: Este trabalho apresenta a pesquisa que investigou a música nas escolas públicas municipais da Região do COREDE do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul. Dentre as questões de pesquisa que nortearam esta investigação, encontram-se: Quais secretarias municipais de educação da Região do COREDE do Vale do Caí têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de sua rede de ensino? Quantas e quais escolas públicas municipais das cidades pertencentes ao Vale do Caí possuem atividades musicais sendo ofertadas em seus tempos e espaços? Quais são as ações de inserção da música nas escolas públicas municipais da região? Quantas secretarias municipais de educação do Vale do Caí promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Quantos professores de música as secretarias municipais de educação do Vale do Caí têm em seus quadros de concursados? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais em escolas públicas municipais do Vale do Caí? A metodologia desta pesquisa fundamentou-se no uso da abordagem quantitativa, no método *survey* interseccional de grande porte e na aplicação de questionários auto administrados como técnica para a coleta dos dados. Os dados coletados foram analisados a partir do uso da análise de conteúdo, o que possibilitou conhecer as práticas e inserções do ensino de música nos 19 municípios do Vale do Caí e os profissionais que atuam com educação musical em seus tempos e espaços.

Palavras-chave: Educação Musical. Políticas Educacionais. Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços”. COREDE do Vale do Caí.

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971 (LDB 5.692/71) instituiu o ensino da educação artística nas escolas em todo o país, incluindo o ensino fundamental e médio. Posteriormente, o texto da LDB nº 9.394/96 estabeleceu o ensino das artes como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica. Os estudos e as pesquisas, desde então, têm buscado um

¹ Professora de Música, Graduada no Curso de Graduação em Música: Licenciatura pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. É integrante do Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços” (CNPq/UERGS).

² Doutora e Mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Informática na Educação Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o curso de Especialização em Educação Musical na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Montenegro.



entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b).

Em pesquisas empreendidas por Penna foi apontado o reduzido número de professores com habilitação em música atuando nas escolas de educação básica (PENNA, 2002, p.7). Apesar do panorama apresentado nas investigações, estudiosos também têm revelado que o ensino musical não saiu das escolas, mas que o mesmo vem se apresentando de diferentes formas, nem sempre traduzido como ensino curricular (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005).

Deste modo, esta pesquisa buscou realizar um mapeamento nas secretarias municipais de educação da região do COREDE do Vale do Caí, RS, partindo dos seguintes questionamentos: As escolas públicas municipais do Vale do Caí, RS ofertam atividades musicais em seus tempos e espaços? Quais os tempos e espaços em que as atividades musicais se apresentam? Como ocorre a inserção da música nestas escolas? Quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas? Os municípios do Vale do Caí, RS têm realizado concursos públicos para o provimento de vagas para professores de música? Assim, esta pesquisa objetivou investigar a inserção da música nas escolas públicas municipais do COREDE do Vale do Caí, RS.

Metodologia

O desenho metodológico utilizado nesta investigação consistiu no *survey* interseccional de grande porte, sendo a técnica para a coleta de dados a aplicação de questionários autoadministrados.

A escolha do método *survey* relacionou-se ao objetivo ao qual esta pesquisa se propôs, na medida em que objetivou investigar a educação musical nas escolas públicas municipais de Educação Básica do Vale do Caí, RS, com vistas a um mapeamento das configurações da área em tais espaços (BABBIE, 1999).



O *survey* do tipo interseccional foi escolhido, pois a pesquisa foi baseada em informações obtidas em um só ponto temporal, não se constituindo uma coleta longitudinal (BABBIE, 1999).

Para a composição da amostragem estratificada desta pesquisa participaram 8 secretarias municipais de educação, dentre as 19 existentes no COREDE do Vale do Caí, RS, atingindo 42,10% da população. Os dados da pesquisa foram fornecidos pelas secretarias municipais de educação e por professores de música e profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas públicas municipais da localidade.

A técnica utilizada para coletar os dados foi a aplicação de questionários autoadministrados. O questionário permitiu entrar em contato com as secretarias em um prazo menor de tempo, podendo colher informações diversas sobre os rebatimentos da Lei nº 11.769/2008 em suas redes de ensino.

Durante a realização desta investigação foram contatadas, por e-mail e por telefone, todas as secretarias municipais de educação dos municípios do COREDE do Vale do Caí, RS, sendo realizado o envio dos questionários autoadministrados e da carta de apresentação da pesquisa, via correio eletrônico.

Cada município recebeu, portanto, dois questionários autoadministrados, os quais foram destinados aos professores que atuam com música nos municípios e aos responsáveis pelas secretarias municipais de educação. O período de reenvio dos questionários por parte das secretarias municipais de educação durou cerca de três meses.

Após a coleta de dados foi realizada a análise de conteúdo. Objetivou-se, nessa análise de dados, conhecer as atividades musicais desenvolvidas nos municípios do COREDE do Vale do Caí, RS, bem como os recursos disponibilizados para a realização das atividades musicais e o tipo de formação musical dos professores que atuam com educação musical na rede municipal.

Em diálogo com estudos em educação musical (SOUZA *et al.*, 2002; SOUZA, 2001; HENTSCHKE; OLIVEIRA, 2000; KRAEMER, 2000), bem como com a legislação vigente, os dados foram analisados, com vistas à compreensão de como a música se insere nas escolas públicas municipais do COREDE do Vale do Caí, RS.

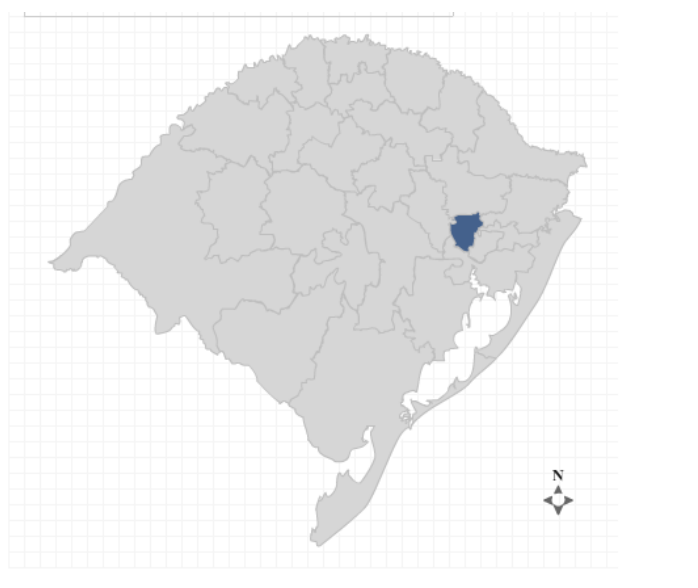


Resultados e análise dos dados

Os resultados da pesquisa foram alcançados a partir da parceria entre a equipe desta investigação e as secretarias municipais de educação do COREDE do Vale do Caí, RS, respondentes à pesquisa.

O COREDE do Vale do Caí, RS integra uma das 28 regiões do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Rio Grande do Sul, conforme o mapa apresentado a seguir.

Imagem 1: Mapa do Rio Grande do Sul/COREDE Vale do Caí, RS



Fonte: Portal do Vale do Caí/RS³.

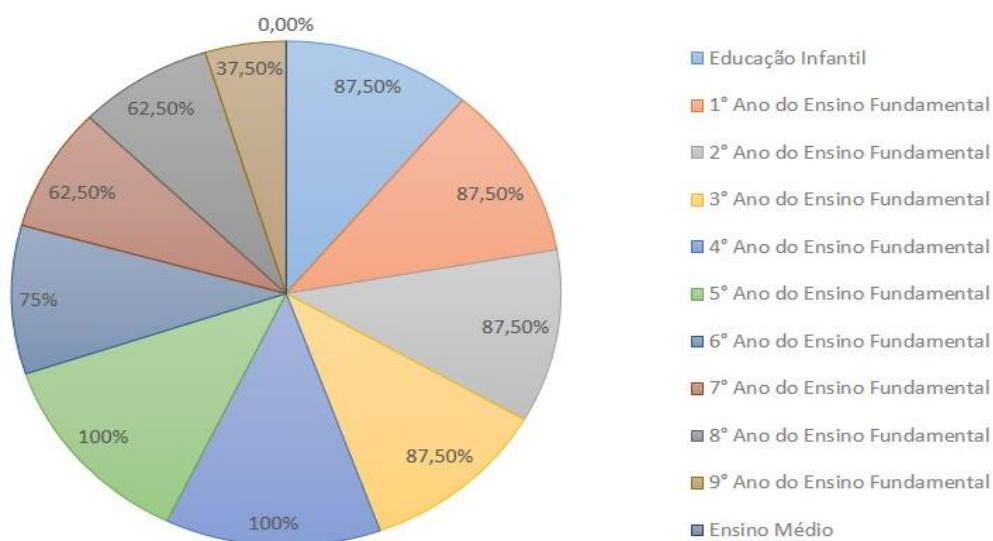
Na busca pela presença da música nas escolas públicas municipais do COREDE do Vale do Caí, RS, foram encontrados os seguintes dados. Das 8 secretarias municipais respondentes, 62,5% oferecem atividades musicais em seus

³ <http://www.valedocai.com.br>.



tempos e espaços, enquanto que 12,5% revelaram não oferecer este tipo de atividade e 25% apontaram que têm disponibilizado atividades musicais em algumas escolas mas em outras não.

Gráfico nº 1: Aulas de Música nos Municípios do Vale do Caí, RS



Estas atividades musicais encontram-se organizadas no gráfico apresentado anteriormente, destacando-se às séries/anos em que são desenvolvidas as atividades musicais. Dos 8 municípios que responderam a esta questão, 7 indicaram possuir atividades musicais na Educação Infantil (87,5%) e apenas 1 secretaria (12,5%) respondeu não possuir atividades musicais.

Percebe-se, portanto, que no Ensino Fundamental há diferenças do 1º ao 9º ano, sendo que em algumas séries/anos existe um predomínio das aulas de música em comparação as outras. Observa-se que estes números são favoráveis para o ensino musical, pois todos os municípios respondentes desenvolvem, de algum modo, aulas de música, mesmo sem a presença de profissionais com formação específica.

No entanto, em se tratando do Ensino Médio, os dados apontam a inexistência de oferecimento do ensino de música ou mesmo de atividades musicais, não se configurando esta modalidade de ensino como dever dos municípios.



Ao serem questionadas quanto à contratação de profissionais com habilitação específica em música, as secretarias municipais de educação afirmaram não haver previsão de contratação de professores com esta habilitação por parte de seus municípios. Apenas um município respondeu já possuir alguns professores concursados trabalhando com música, enquanto os demais 87,5% dos respondentes não possuem profissionais concursados atuando na área.

Nas escolas, o ensino extracurricular apresenta-se como uma das práticas que têm crescido em diversas escolas do COREDE do Vale do Caí, destacando-se aulas de música no contra turno escolar, bandas, coros, e programas ofertados às escolas através do Ministério da Educação, notadamente o Programa “Mais Educação”.

Programas como o “Mais Educação” trazem a música como área artística, ofertam oficinas que trabalham com música, instrumentos musicais para as escolas públicas que aderirem ao programa e subsídios para alimentação e manutenção escolar. Muitas das escolas públicas têm aderido ao Programa “Mais Educação”, pois passam a ter música na escola e conseguem implementar a Lei 11.769/08, o que enriquece o trabalho da escola e do município.

No COREDE do Vale do Caí/RS, segundo as respostas das secretarias, apenas 2 municípios (25%) aderiram ao Programa “Mais Educação”, e 3 municípios (37,5%) disseram ter aderido, mas ainda não tinham recebido o auxílio financeiro para implementar o programa nas escolas municipais.

Ao analisar a formação musical dos professores atuantes em educação musical verificou-se que 12,5% dos professores possuem licenciatura em Artes Visuais e 12,5% são graduados em Pedagogia. Há, também, 37,5% dos professores com graduação iniciada em Música: Licenciatura, sendo que 12,5% têm formação iniciada sem informar qual a área do conhecimento e 12,5% iniciou uma Formação Superior em Engenharia Civil. Os demais 12,5% afirmaram possuir o Ensino Médio.

Conjuntamente a estas formações, os professores afirmaram ter conhecimento musical e todos os professores informaram saber executar instrumentos musicais (100%), sendo que a maioria sabe executar mais de quatro instrumentos.



Quanto às práticas dos professores de música, destacam-se as práticas do canto coletivo e de canções folclóricas, além de atividades que primem pela movimentação corporal com a utilização de músicas; e audições musicais. Nestas práticas, 87,5% dos professores afirmaram lecionar música popular e, igualmente, 87,5% trabalham com música folclórica; além disso, 75% dos profissionais atuam com música destinada ao público infantil, 25% com música erudita e 50% com música instrumental. Em muitas das atividades, inclusive, os respondentes afirmaram fazer uso de instrumentos musicais.

Considerações finais

Ao finalizar esta pesquisa, observou-se que, de um modo geral, todas as secretarias municipais de educação respondentes têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de suas redes de ensino. Entretanto, há, ainda, uma preocupação existente na área da educação musical quanto à realização de concursos públicos para contratação de professores atuantes em educação musical.

Tendo em vista a Lei 11.769, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica, conjuntamente aos estudos sobre a presença da música nas escolas, entende-se ser primordial que o poder público analise com profundidade as informações aqui presentes, bem como outras que serão originadas, a fim de planejar ações de inserção da música em todas as escolas públicas municipais do COREDE do Vale do Caí, RS.

Referências

- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5692/71*. Brasília: 1971.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96*. Brasília: 1996.



BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 11769/08*. Brasília: 2008.

DEL BEN, L. M. *Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

DINIZ, L. N. *Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUKS, R. *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

HENTSCHKE, L. e OLIVEIRA, A. A educação musical no Brasil. In: HENTSCHKE, L. (Org.). *Educação musical em países de línguas neolatinas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 47-64.

<http://www.ibge.gov.br/>, acessado em 22 de dezembro de 2013.

<http://www.valedocai.com.br/>, acessado em 22 de dezembro de 2013.

KRAEMER, R. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

_____. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. et al. A música na escola. *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Série Estudos. Porto Alegre, novembro de 2002.

SOUZA, J. Múltiplos espaços e novas demandas profissionais: reconfigurando o campo da educação musical. X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2001, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: 2001, p.85-92.